

MARCELO DIAS CARCANHOLO

ECONOMIA POLÍTICA: CIÊNCIA E CRÍTICA

ECONOMIA POLÍTICA: CIÊNCIA E CRÍTICA

Resumo

Este artigo faz uma reflexão crítica sobre a ciência econômica e seu objeto de estudo, a economia capitalista. Procura-se identificar as principais características do capitalismo e as formas inadequadas como a teoria econômica costuma interpretá-las. Por outro lado, busca-se apontar as dificuldades na comparação entre distintas tradições na ciência econômica, em especial nos campos da Economia Política e na clivagem ortodoxia x heterodoxia.

Palavras-chave: Economia; Economia Política; ortodoxia; heterodoxia.

Classificação JEL: B0, B5

MARCELO DIAS
CARCANHOLO

Professor Titular da Faculdade de
Economia da UFF.

Abstract

This article makes a critical reflection on Economics and its object, the capitalist economy. It seeks to identify the main characteristics of capitalism and the inadequate ways in which economic theory usually interprets them. Furthermore, the article aims to point out the problems in comparing different traditions in economic theory, particularly in Political Economy and in the orthodoxy/heterodox schools.

Key words: Economics; Political Economy; orthodoxy; heterodoxy

I. Economia: objeto e ciência

Em circuitos predominantemente europeus, conta-se que o *economista* é aquele que buscará explicar amanhã porque o que disse ontem não foi observado hoje (GUERRERO, 1997, p. 17). Embora essa referência à baixa capacidade de previsibilidade das análises econômicas tenha forte sustentação empírica, pode-se inferir daí que a ciência econômica sustentada e proferida por esse profissional específico tenha tão pouca capacidade de apreensão rigorosa de seu objeto que, no limite, chegue mesmo a ter seu caráter de *ciência*, no mínimo, questionado.

Sem desconsiderar a forte adequação do referido ditado com o real-concreto que lhe dá substrato, ele mesmo nos permite tratar de duas questões fundamentais na relação entre a economia (realidade social) e a ciência que procura, melhor ou pior em suas diversas ramificações teóricas, entender seu objeto. Por um lado, extrai-se do próprio ditado que as legalidades econômicas, até por serem sociais, não podem ser perfeitamente previstas porque se trata de leis de tendência, sem nenhum caráter pré-determinado, teleológico, tendo, portanto, um leque de possibilidades de ocorrência a partir de determinado momento do tempo.

Por outro lado, o referido ditado nos permite indagar sobre a própria percepção que o *economista* tem da ciência que professa. O *economista* que aceita o ditado como se fosse a revelação escondida de sua prática cotidiana, ou melhor, a perfeita definição de sua prática profissional, seja ela prática *strictu sensu* e/ou acadêmica, pode ser qualificado como o *economista tosco*.

O *economista tosco* seria aquele que sofre, não se dá conta, reproduz o caráter mistificador, inerente ao seu próprio objeto de estudo e/ou de prática profissional, da economia. Esse sujeito, ao tomar por completo o referido ditado, sem submetê-lo a nenhum procedimento de reflexão crítica, pode ser qualificado como *tosco* porque não entende qual é nem como funciona o seu objeto de estudo (ou de prática profissional); ele não percebe – ao menos não diretamente – que a economia faz parte de uma realidade social e

histórica que é ontologicamente complexa e aberta, não passível portanto de ser apreendida como ela não é, simples e pré-determinada¹.

Por mais que se tente transformar a ciência econômica, a *fórceps*, em um campo da ciência natural e, por causa disso, os procedimentos (*pseudo*) científicos desta última sejam transportados, sem mediações, para a primeira, a ciência econômica é uma ciência social. A economia é parte inseparável da totalidade constituída pela realidade social, é inseparável do fato de que, nesta época histórica específica, as relações sociais dos seres humanos se dão por intermédio das legalidades (sempre de tendência) capitalistas².

A ciência econômica, em função do anterior, tampouco é homogênea. Não se trata de uma técnica, a partir da qual há uma forma certa e, portanto, outras equivocadas, de praticar aquele procedimento. Justamente por ser uma ciência social, a ciência econômica é constituída por um conjunto de tradições teóricas, muitas delas divergentes e opostas entre si, em função do fato de que essa ciência provém de um conjunto de tradições filosóficas divergentes (e opostas) e, inseparavelmente, em função de existirem, nessa sociedade, interesses conflitantes. É porque existem diversas (e conflitantes) formas de apreensão da realidade social (econômica) e distintas (contraditórias) formas de inserção social (classes sociais) no capitalismo que existem várias e discrepantes teorias econômicas.

Nossa obrigação, portanto, é ajudar entender a ciência econômica, e como esta é constituída por uma diversidade de apreensões teóricas sobre um objeto, a economia; além do quê, caracterizar esta última da forma mais

¹ Lukács (2012, capítulo IV) é inescapável para o entendimento destas características da realidade social capitalista.

² Já daqui qualquer procedimento economicista, que busque para a realidade social uma explicação a partir da economia, seria um erro lógico. Afinal, se a economia faz parte de uma complexidade maior, a sociedade, esta última não poderia ser explicada pela primeira. Do ponto de vista lógico, há apenas uma possibilidade: se a própria realidade social for, ela mesma, regida e determinada pelo econômico. Nesse caso, a teoria (econômica) seria economicista porque a realidade social capitalista é, em si, determinada pelo econômico, isto é, economicista. Como sempre, toda mistificação (da ciência econômica) tem alguma base real-concreta (as relações sociais, no capitalismo, determinadas pelas relações econômicas de troca de mercadorias). Isso não retira da maioria das teorias econômicas o seu caráter mistificador da realidade.

rigorosa possível, sem simplificá-la, por mais que a simplificação epistemológica e gnosiológica seja tentadora, constitui uma necessidade. O que é a realidade social-concreta economia? Qual é o objeto de estudo da ciência econômica?

O primeiro que há a ser pontuado é que essa ciência nasce conjuntamente à aparição histórica de uma época social específica na história da humanidade, o capitalismo³. Mas como poderíamos caracterizar o objeto de estudo da economia, o capitalismo? Pode-se, de maneira muito sucinta e simplista, entender o capitalismo pelos princípios gerais que conformam as relações sociais que o constituem e pelos aspectos/momentos que o constituem em sua processualidade e dinâmica.

Talvez a forma mais genérica como se caracteriza a economia como um objeto científico é a partir de um princípio geral de que se trata da produção de mercadorias, orientada para o mercado. Essa forma mais genérica, entretanto, requer maiores desdobramentos.

Se o objetivo é o entendimento das características de uma época social e histórica específica, o central é saber como as relações sociais em sua totalidade complexa se determinam nesse momento específico. Tendo isso em mente, o que há de distintivo no capitalismo é o fato de que as relações sociais em seu seio não são determinadas diretamente, imediatamente, mas intermediadas pela troca, isto é, os seres humanos adquirem, no e por meio do mercado, as mercadorias que não possuem inicialmente, e que são necessárias para suas reproduções sociais. No capitalismo, a existência social dos indivíduos depende de (é determinada por) suas capacidades de conseguir comprar as mercadorias alheias, e que lhes são necessárias. Mas se é assim, um indivíduo particular deve (trata-se de uma obrigação) ofertar outra mercadoria em troca, para que o proprietário da mercadoria que lhe interessa se disponha a trocar uma por outra. Da mesma forma, para este segundo indivíduo, a mercadoria pertencente ao primeiro deve ser de seu interesse,

³ Não se trata de uma coincidência histórica. A ciência econômica nasce da própria necessidade de compreender, justificar e defender uma realidade social que surge e se torna predominante na história, o capitalismo. A economia como ciência e o capitalismo como realidade social e histórica fazem parte de um mesmo processo. Sobre isso, ver Prado (1991), em especial o capítulo 2.

deve satisfazer alguma necessidade para sua reprodução que as mercadorias que originariamente ele possui não conseguem satisfazer. Daí que o processo de troca seja a síntese do melhor entendimento do princípio geral característico do capitalismo, segundo o qual a produção de mercadorias é orientada para o mercado.

Se cada indivíduo deve ofertar sua mercadoria em troca da mercadoria alheia, e o proprietário desta deve oferecer a sua em troca da primeira, cada um dos envolvidos na troca deseja apropriar-se do valor de uso alheio e, para tanto, deve (obriga-se a) pagar o valor da mercadoria que (ainda) não possui. É justamente assim que Marx (2013, cap. 2) demonstra que a troca de equivalentes, antes de ser um suposto de sua análise, é uma exigência real da própria época capitalista.

Portanto, o capitalismo não é meramente uma economia de mercado no sentido de que existiria um espaço (*locus*) onde eventualmente os indivíduos trocariam esporadicamente as mercadorias que possuem. Trata-se muito mais de uma sociabilidade mercantil, na qual as relações sociais necessariamente têm que passar pela mediação do mercado. Não há forma, no capitalismo, dos indivíduos se inserirem socialmente se não pela troca, pela sociabilidade mercantil.

Um dos pressupostos para que isso se efetive como norma social é que os diversos indivíduos sejam livres proprietários de suas mercadorias, e que, portanto, decidam privadamente o que fazer (se vender ou não, se utilizar ou não) com as mercadorias que possuem. Logo, o processo de troca deve ser resultado da livre iniciativa dos dois indivíduos envolvidos; não pode ocorrer por coação, seja do vendedor ou do comprador. A propriedade privada é a mola mestra desse sistema social.

Se isso vale para a totalidade das mercadorias, também vale para aquilo que Marx (2013) chamou de meios de produção; ainda mais se o processo de circulação de mercadorias, que define uma inserção social específica, a dos capitalistas, tiver como fórmula geral a conhecida sequencia $D - M - D'$. Ou seja, o capital como um valor (D) que se valoriza (D'), e se a troca de

equivalentes é a norma social, o capitalista deve encontrar no mercado uma mercadoria (força de trabalho) que tenha a capacidade de produzir um valor a mais, como decorrência do consumo do seu valor de uso (trabalho). E para adquirir o direito de se apropriar do resultado desse consumo, o capitalismo é obrigado a pagar o valor da força de trabalho. Evidentemente que os proprietários dessa força de trabalho, enquanto classe, na totalidade, só venderão sua força de trabalho se não possuírem os meios de produção adicionais, necessários para o processo produtivo das mercadorias que necessitam para reproduzir suas existências sociais. Por isso, a propriedade privada dos meios de produção (pela classe capitalista) implica que um segmento da população (a classe trabalhadora) não é proprietário de meios de produção e, portanto, se vê na obrigação de vender sua força de trabalho no mercado.

Em síntese, o princípio geral do que é o objeto capitalismo, a realidade social e histórica específica sobre a qual reflete a ciência econômica, pode ser assim entendido como:

- (i) produção de mercadorias, orientada para o mercado;
- (ii) propriedade privada dos meios de produção;
- (iii) segmento da população que, por não possuir meios de produção, tem que vender sua força de trabalho no mercado;
- (iv) decisões privadas/individuais, o que implica a liberdade no processo de troca, ou na circulação de mercadorias.

Este último ponto é o que a filosofia política liberal clássica destaca, tematiza e, ao hipostasiá-lo, separando-o dos outros, relega e esconde estes últimos. Este é o processo de mistificação⁴ originário. Como a ciência

⁴ A categoria *mistificação* é de difícil compreensão justamente por isso. Não se trata de um falseamento da realidade. Ao contrário, a partir de um elemento constitutivo dessa realidade, seu tratamento isolado e exasperado, como se fosse ele mesmo a totalidade dessa realidade, termina por velar, esconder essa realidade como ela é, uma totalidade complexa. A mistificação é forte justamente porque parte do tratamento, mistificado, de um aspecto da realidade mais complexa.

econômica nasce dessa tradição filosófica, a mistificação da realidade é parte constitutiva dessa ciência desde seu nascedouro. Embora o capitalismo seja uma sociabilidade mercantilizada, o que (i), no seu sentido mais genérico, e (iv) captam, os indivíduos não são todos iguais, e as classes sociais distintas no capitalismo são especificadas por (ii) e (iii). Entendendo que se trata de uma totalidade complexa que só pode ser entendida na inter-relação entre os seus componentes, pode-se dizer que (i), (ii) e (iii), em seu conjunto, caracterizam a relação capital-trabalho que define a especificidade capitalista das relações sociais intermediadas pela troca, que possuem (iv) como pressuposto.

Antes de tratarmos da ciência econômica em sua tentativa de entender o objeto capitalismo, especifiquemos um pouco melhor essa totalidade complexa, a partir de sua processualidade, de seu movimento, ou como chama Marx (2014, seção I), da circulação do capital:

$$D - M (MP \text{ e } FT) \dots P \dots M' - D' - M \dots$$

O capital é um valor que procura se valorizar, constantemente. A partir de determinada magnitude de dinheiro (D), ele busca comprar as mercadorias (M) que comporão o processo produtivo (P), os meios de produção (MP) e a força de trabalho (FT). A atuação desta sobre os MP, no processo produtivo, implica a transformação material do valor de uso produzido e, por ser tempo de trabalho, a valorização do valor inicial. A mercadoria resultado (M'), se vendida (D'), completa o ciclo de rotação do capital. Mas esse D', uma vez posto, volta a ser um D inicial e, para continuar sendo capital, necessita continuar se valorizando constantemente. Por isso o capital só pode ser entendido em seu movimento necessário, no que Marx chamou de circulação do capital.

Esta caracterização do capitalismo, a partir de sua circulação, nos permite identificar algumas de suas características. Em primeiro lugar, o capitalismo é uma totalidade dialética entre a produção e o mercado, ou nos termos de Marx, da circulação de mercadorias. O capital só consegue afirmar sua

finalidade se ele percorrer, necessariamente, as duas instâncias, e é, portanto, uma unidade delas; o capital necessita passar tanto pela produção como pelo mercado. Entretanto, essas duas instâncias que compõem a unidade capitalismo são contraditórias. Um capital específico ora está na produção, afirmando-a, e ora não está no mercado, negando-o. Saindo da primeira, sob a forma M' , só volta (afirmação) para o mercado no mesmo momento em que deixa (nega) a produção. Assim, um mesmo capital, em um dado momento do tempo, ou está na produção, ou no mercado, não podendo estar nos dois ao mesmo tempo. Em síntese, o capitalismo é uma unidade contraditória entre produção e mercado. Cada uma das instâncias é o pressuposto e a finalidade da outra ao mesmo tempo.

Como decorrência disso, o capitalismo não é apenas uma *economia de mercado*, como gosta de sustentar boa parte da teoria econômica, mas é também produção. Esta, no entanto, não é mera tecnologia que combina os distintos fatores de produção e, no final, tem como resultado um determinado produto, como também gosta de tratar a economia hegemônica. Trata-se de uma produção que é voltada para o mercado (realização do valor produzido) e está determinada por relações sociais de produção mercantilizadas. Portanto, a produção também está sujeita a legalidades sociais desta socialidade mercantil.

Mas, ao mesmo tempo, o capitalismo não é apenas *produção de valores*. Ainda que a produção não seja mistificada, e seu caráter social intrínseco e inseparável seja considerado, o capitalismo não se reduz a essa instância. O valor (valorizado) é uma capacidade que, se não efetivada, realizada (no mercado), é como se não existisse. O capitalismo é também a realização (no mercado) dos valores produzidos, além do restabelecimento das condições de produção (compra dos MP e FT), por intermédio do mercado. Isso não significa que as duas instâncias contraditórias constitutivas do capitalismo possuam um caráter lógico equivalente. A esfera essencial, e nesse sentido, predominante, é a produtiva, enquanto o mercado constitui a aparência do capitalismo. De fato, de um ponto de vista lógico, mercadorias só podem

ser transacionadas uma vez tendo já sido produzidas, por mais que essa produção seja efetuada em direção ao mercado.

Todas essas características componentes do capitalismo enquanto uma totalidade dialética são inseparáveis, e qualquer perspectiva teórica que ignore alguma(s) dela(s), ou hipostasie qualquer delas, em detrimento de outras, ou ainda não entenda a relação entre elas, acaba por tratar o seu objeto de estudo (capitalismo) de uma forma que ele não é e, em maior ou menor grau, dependendo do procedimento, termina por mistificar o capitalismo⁵.

2. A Ciência Econômica: economia política, ortodoxia e heterodoxia

Como a ciência econômica trata o seu objeto (economia capitalista)? Um desdobramento rigoroso dessa questão exige a discussão exaustiva de todas as vertentes teóricas ao longo do tempo, incluindo os debates entre elas, bem como os debates internos às próprias vertentes, o que, obviamente, é impossível fazer neste texto. Limitamo-nos aqui a alguns apontamentos sobre o significado da Economia Política e a diferenciação – mais complexa do que aparenta – entre a ortodoxia e a heterodoxia na ciência econômica.

É de relativo conhecimento que essa ciência, ao longo do século XIX, era chamada de Economia Política (*Political Economy*) e, a partir de determinado momento ao final desse século XIX, ela passou a ser conhecida como Economia (*Economics*). Não se trata de mera modificação terminológica.

A ciência econômica transformada em *Economics* representou a hegemonização da interpretação positivista e de seus procedimentos na investigação científica. O fundamento do positivismo é a neutralidade axiológica do saber, isto é, a isenção de valores (ideológicos) no procedimento científico. A ciência social, incluindo a Economia, se quer sustentar um verdadeiro

⁵ Só para exemplificar, hipostasiar a economia de mercado, desconsiderando o caráter social da produção, atitude típica dos (neo)liberais, é uma mistificação similar àquela essencialista, que considera a aparência do fenômeno (mercado) mera distorção da essência produtiva, e termina por hipostasiar esta última. Ainda que com sinais contrários, trata-se de mistificações similares. Só não são logicamente equivalentes porque hipostasiar a aparência (mercado) não é equivalente a hipostasiar a essência (produção).

estatuto científico, deve privilegiar a observação e constatação empírica para a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, sem julgamentos de valor, purificar-se de todo e qualquer resquício ideológico. Não poderia, portanto, continuar sustentando o qualificativo política à sua denominação⁶.

Mas a (terminologia) Economia Política persistiu resistentemente, mesmo sendo desprezada, e até ridicularizada pelo *mainstream* econômico, já pretensamente purificado de qualquer vestígio ideológico. A partir da consolidação da hegemonia neoclássica e marginalista no pensamento econômico, a Economia Política passou a significar, não sem fricções e contradições insolúveis entre seus membros, algo parecido como o conjunto de perspectivas críticas – umas mais outras menos – à hegemonia estabelecida. Nesse sentido, a Economia Política ganharia um sentido muito próximo do que se chama heterodoxia econômica, enquanto uma negação, contraposição, da teoria econômica neoclássica (ortodoxia). Mas, como veremos adiante, esse paralelo não é tão direto assim.

Por ora, deixemos claro que a Economia Política pode ser entendida atualmente como uma tradição que reconhece que os fatos econômicos não são meramente econômicos, são sociais e, portanto, envolvem inseparavelmente outras esferas (política, histórica, sociológica, etc.). Mais do que isso, a Economia Política não mistifica o indivíduo no capitalismo, tratando-o como ele é, um ser inerentemente social e, portanto, o seu objeto de estudo envolve interesses, ideologias, visões de mundo, que são inseparáveis dos mal chamados fatos econômicos, inclusive no momento de serem interpretados pelo cientista! A Economia Política, embora pressuponha, não se limita à interdisciplinaridade, isto é, ao tratamento em conjunto da economia, com

⁶ Schumpeter (1964) sugere que Marshall (1885) teria sido o primeiro grande economista a implantar em 1890 o que ele chamou de Análise Econômica, isto é, uma economia científica isenta de valores, inclusive sem a qualificação *política*. Entretanto, em 1879, na segunda edição de seu clássico livro, lançado primeiramente em 1871, Jevons (1885) retirou a qualificação contaminada ao longo do texto e passou a utilizar *Economics*, ainda que o título do livro mantivesse o original *Political Economy*.

a história, com a política, entre outros campos do saber⁷. Por mais variadas que sejam as tradições que a compõem, talvez o que permita reuni-las em um mesmo escaninho é seu posicionamento radicalmente contrário à perspectiva metodológica, teórica, ideológica e política implícita na *Economics*⁸. Mas, se alguns entendem esta última como a teoria neoclássica, e esta, por sua vez, seria o sinônimo de ortodoxia, não seria a Economia Política um outro nome para a heterodoxia em Economia? Vejamos com mais cuidado alguns apontamentos que relativizam essa clivagem aparentemente clara na ciência econômica entre ortodoxia e heterodoxia.

Em primeiro lugar, examinemos a relação direta que se faz entre ortodoxia e economia neoclássica. Esta última, no campo da teoria do valor/preços, pode ser sintetizada, por um lado, pela tradição da teoria do equilíbrio parcial e, por outro lado, e mais dominante, pela tradição do modelo de equilíbrio geral, inaugurada por Walras (1985) em 1874. Mas, se for isso, uma parte da escola austríaca, em específico Hayek (1948), talvez não pudesse ser considerada parte integrante da ortodoxia, uma vez que ela rechaça os pressupostos neoclássicos da economia convencional do equilíbrio walrasiano. Essa vertente reconhece, por exemplo, o caráter incerto do investimento, a imperfeição da racionalidade individual e a fragilidade das preferências dos consumidores, uma verdadeira afronta aos pilares da economia neoclássica. Ao confrontar-se diretamente contra a economia neoclássica, poder-se-ia considerar Hayek como um heterodoxo? Se isso significar rechaçar a economia neoclássica, certamente, mas se for considerado

⁷ Como as perspectivas (neo)institucionalistas procuram fazer, acreditando muitas das vezes que isso bastaria para afastá-las da hegemonia neoclássica. De nada adianta analisar outros aspectos da realidade, para além do econômico, se a perspectiva teórica continua sendo a mesma, a neoclássica. O que se tem aqui é uma expansão do domínio neoclássico para outros campos do saber, e não outras perspectivas teóricas.

⁸ “A Economia Política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma social*, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a ‘estrutura econômica’ do capitalismo [...] A Economia Política não é uma ciência das relações *entre as coisas*, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações *entre as pessoas e as coisas*, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações *entre as pessoas* no processo de produção” (RUBIN, 1987, p.15). Cabe esclarecer que, como em Marx, a produção do capital pressupõe a circulação de mercadorias em seus dois momentos, a compra ($D - M$) e a venda ($M' - D'$); o capital é a unidade contraditória das duas instâncias.

sinônimo da Economia Política, muitos dos seus representantes ficariam desconfortáveis, para dizer o mínimo, com um colega defensor explícito do livre mercado e do darwinismo social.

Um outro elemento decorre da consideração da heterodoxia como sendo normalmente o conjunto de teorias que se opõe à ortodoxia neoclássica. Isso compreenderia diferentes correntes teóricas que, em algum momento, batalharam por temáticas e discussões estranhas à ortodoxia, como a determinação institucional da economia, as estruturas de mercado imperfeitas (a negação da concorrência perfeita e do *marketclearing*), a centralidade da incerteza do futuro, dentre outros temas. Entretanto, todas (ao menos as aqui citadas) essas temáticas-discussões-hipóteses foram internalizadas – evidentemente dentro de uma estrutura teórica neoclássica – pela ortodoxia. Portanto, a diferenciação entre heterodoxia e ortodoxia não poderia ser a temática tratada, como as vezes pode parecer.

Outra questão fundamental é que economistas críticos e marxistas são considerados constituintes do pensamento heterodoxo, da Economia Política. Enquanto negação da ortodoxia neoclássica, certamente esses economistas poderiam ser assim considerados. Entretanto, alguns desses economistas – os marxistas certamente, ao menos em sua grande maioria – chegam a questionar a própria ordem capitalista, elevando o nível de abstração da crítica mais além de uma crítica meramente teórica. Em especial, os marxistas que levam a sério os sentidos do subtítulo da obra magna de Marx *O Capital* deveriam colocar em xeque, inclusive, sua qualificação enquanto economistas. Certamente, se considerarmos economistas todos aqueles teóricos sociais que buscam uma explicação teórico-científica para a economia capitalista, qualquer que seja essa explicação, os marxistas podem ser considerados economistas. Mas é que a perspectiva original de Marx, a *Crítica da Economia Política*, implica uma crítica em três sentidos.

O primeiro sentido é captado majoritariamente pelos leitores de Marx. Economia Política era a forma como se conhecia a ciência econômica naquele momento, século XIX. Portanto, a crítica da economia política não seria

nada mais do que uma crítica das teorias econômicas a respeito do capitalismo. Já neste primeiro sentido, o mais conhecido, a proposta original de Marx é apresentar uma crítica aos economistas, ortodoxos ou heterodoxos, ou na clivagem que esse autor preferia, em seu momento, economistas políticos clássicos ou economistas vulgares⁹.

Mas se esse fosse o único sentido, tratar-se-ia apenas de mais um sistema ideal (teórico), contraposto a todos os outros. Em outras palavras, Marx ter-se-ia limitado a uma mera crítica de ideias, sendo mais um (brilhante) historiador das ideias. É óbvio, para qualquer um, que essa obra trata também de uma crítica à realidade capitalista, não uma crítica moralista, mas uma crítica ontológica, diria Lukács (2012). Ou seja, a obra trata de descobrir as leis tendenciais de funcionamento da sociedade capitalista e, como esta tem sua fundamentação no caráter contraditório dessas leis, a crítica da economia política deveria explicitar as contradições e dinâmicas resultantes dessas leis. Mas como relacionar esses dois sentidos?

Se uma sociedade permite de si mesma determinados tipos de apreensões teóricas, abstraindo as sandices e bizarras – que sempre existem –, só pode ser porque essa mesma sociedade se apresenta, na realidade concreta, de formas tais que permitem, de si mesma, aquelas apreensões teóricas. Portanto, se a ciência econômica (inclusive a vulgar) sustenta o que sustenta, só pode ser porque capta, de alguma maneira, formas de manifestação daquela realidade social capitalista. Se o objetivo de Marx era entender o capitalismo na sua totalidade, isso inclui as formas (estranhadas ou não) de compreensão dessa mesma realidade porque esta assim se manifesta na realidade aparente.

Estes dois sentidos não esgotam a totalidade do subtítulo de *O Capital*. A crítica da economia política significa também uma crítica das formas como

⁹ Ao longo de toda a obra citada Marx utiliza esse expediente, mas devemos destacar a última seção do livro III, O rendimento e suas fontes, na qual Marx (2017), mesmo em um texto inacabado, exerce a crítica da economia política neste primeiro sentido, tanto das tentativas mais sérias de tratamento do capitalismo, como em Ricardo (1985) e Smith (1985), como daquelas mais vulgares que, dentre outras coisas, mistificavam o capitalismo em seu mais alto grau.

essas ideias procuram explicar a realidade social. Marx não estava apenas criticando o capitalismo, as teorias econômicas sobre ele mesmo, mas também a forma (métodos) como isso era feito. E como a ciência econômica, de lá para cá, com algumas variações e poucas exceções, explica a realidade econômica? De forma economicista! Como se a racionalidade econômica dos indivíduos, até por ser uma racionalidade substantiva, explicasse qualquer comportamento (racional) dos indivíduos. Em última instância, tudo no agir social seria determinado pelo agir econômico. A ironia aqui é que recorrentemente Marx é criticado por ser economicista, quando na verdade ele está realizando uma crítica ao capitalismo, às teorias econômicas sobre o capitalismo e à forma economicista como elas o explicam¹⁰.

De uma forma ou outra, o que se conclui desses três sentidos para a crítica da economia política é que os marxistas podem ser tratados dentro da Economia Política, ou da heterodoxia, apenas enquanto um conjunto de confrontações frente à ortodoxia, à *Economics*. Ou seja, o que há de similar entre os marxistas e os economistas políticos é a crítica à economia vulgar. Mas como Marx não restringe sua crítica a esta última, mas a endereça à totalidade dos economistas, a toda a teoria econômica, não fica assim tão fácil incluir os marxistas dentro dessa tradição, por mais crítica que ela se apresente¹¹.

Um outro apontamento importante diz respeito à tendência ao ecletismo dentro da heterodoxia. Afinal, se esta última se define pelo conjunto de críticas à tradição neoclássica, não é estranho pensar arcabouços teóricos que busquem, de forma eclética, conciliar apontamentos críticos à ortodoxia em distintos autores na história do pensamento econômico. Não é difícil encontrar tentativas de síntese teórica entre Keynes (1985), Kalecki (1985),

¹⁰ Eagleton (2012) é uma excelente resposta a várias teses equivocadas que são naturalmente atribuídas a Marx, inclusive esta de economicismo.

¹¹ Talvez o ponto em que isso se explicita mais é na incapacidade das correntes heterodoxas – o que vale também para os ortodoxos – entender e explicar seriamente o que é o lucro e qual é sua substância, seu fundamento. Não por outra razão o título provisório do livro IV da mesma obra, em determinado momento em que se configurou um dos planos de estrutura da mesma, era *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (MARX, 1980).

Marx (2013 e 2017), Schumpeter (1985), dentre outros, ou entre alguns aspectos teóricos presentes em alguns desses autores. Poderíamos até dizer que se trataria de uma tentativa de construir uma *Teoria Econômica Heterodoxa*.

Esse puro ecletismo em Economia (heterodoxa) é uma falsa alternativa teórica. Em primeiro lugar, distintas teorias são, em sua maior parte, incomparáveis, seja por suas distintas filosofias da ciência, hipóteses/supostos e/ou visões de mundo. Mesmo nos casos em que isso não se verifica, o que é raro, uma “fusão” teórica autêntica não pode ser uma combinação homogênea de teorias. Ela se dá, necessariamente, por absorção, o que pressupõe uma teoria que absorve (predomina teoricamente), e outra que é absorvida (dominada/incorporada), o que nega e desmistifica o próprio princípio do ecletismo¹². Isso não significa rechaçar possíveis e necessárias influências externas a qualquer teoria, apenas serve de alerta para a aceitação acrítica do puro ecletismo na construção de uma perspectiva teórica heterodoxa.

Esses apontamentos nos servem para mostrar que a clivagem entre heterodoxia e ortodoxia não é tão simples como pode aparentar, e que, portanto, a identificação da Economia Política com a primeira tampouco é tão direta, embora esta última relação pareça apresentar menores problemas do que a clivagem original.

Devemos terminar apontando para outros três critérios utilizados para demarcar essa clivagem. O primeiro e mais utilizado é aquele que relaciona a fé no livre mercado, ou a adoção de hipóteses de perfeito ajuste dos mercados pelo livre funcionamento do sistema de preços (*marketclearing*) para a estruturação lógica das teorias/modelos, com a ortodoxia econômica. Evidentemente, a rejeição dessa hipótese demarcaria o campo da heterodoxia econômica. Este critério também apresenta os seus problemas. Smith (1985) e Ricardo (1985) sustentariam essa crença, o que os qualificaria como ortodoxos. Embora eles possam ser considerados assim em suas épocas, o que seria de toda a tradição ricardiana de esquerda, que culmina em um

¹² Este aspecto do ecletismo acrítico é brilhantemente trabalhado em Guerrero (1997).

pensamento neoricardiano, radicalmente crítico à teoria neoclássica e, por isso, considerada como parte da heterodoxia? Alguém poderia sustentar que não poderia mais ser considerada parte da ortodoxia, porque embora já o tenha sido, não o é mais. Nesse caso, entretanto, o critério proposto deixou de funcionar como critério, deixou de fazer sentido.

Um segundo critério é proposto por Guerrero (1997). Segundo o autor, existiriam duas questões que, conforme o tratamento teórico dado para elas, qualificariam (ou não) uma teoria dentro da heterodoxia. A primeira diz respeito a qual seria a posição dessa teoria frente ao futuro do capitalismo, ou seja, ao caráter histórico dessa época social específica. Um primeiro posicionamento seria considerar que a tendência do capitalismo seria, dentre outras, manter/aprofundar a diferença entre as classes sociais, o que, segundo o autor, seria característico da Economia Política clássica, qualquer que seja a valoração que o teórico em específico faça dessa oposição entre as classes e/ou o posicionamento ideológico do mesmo frente a esse conflito. Outro posicionamento possível seria a identificação da possibilidade histórica de transformação social, para além do capitalismo, o que é característico do pensamento marxista. Por último, ainda segundo Guerrero, há a possibilidade de que simplesmente não exista um pronunciamento explícito sobre o assunto, mas apenas sobre o presente, seja para aqueles que defendem que o capitalismo funciona irrepreensivelmente, ou para aqueles que acreditam que ele precisa de controle público/institucional para minimizar/corrigir problemas em seu funcionamento. Frente a esta questão, Guerrero afirma que a heterodoxia contemporânea ficaria restrita aos dois primeiros posicionamentos¹³, que, qualquer que seja seu posicionamento, não fogem da questão.

A segunda questão, segundo Guerrero (*ibidem*), seria identificar qual é a teoria do valor que alicerça essa vertente teórica. Como o capital é um valor que se valoriza, qualquer teoria sobre o capitalismo tem, em um maior

¹⁴ O curioso aqui é que, segundo essa questão (o futuro do capitalismo), toda a tradição keynesiana, mesmo aquela mais radicalmente contrária à teoria neoclássica, seria considerada parte da ortodoxia.

nível de abstração, possua consciência disso ou não, uma teoria do valor subjacente, que a fundamenta. Para Guerrero, a heterodoxia caracterizar-se-ia por defender a teoria do valor-trabalho, contrariamente à ortodoxia, que teria como base a teoria do valor utilidade. Percebe-se claramente aqui a associação direta ortodoxia com a teoria neoclássica¹⁴.

Por último, temos o critério que parece fazer mais sentido e, até por isso, ser o mais utilizado. Ortodoxia seria o mainstream econômico, isto é, a teoria hegemônica do momento, que hoje seria a teoria neoclássica¹⁵. A Economia Política, enquanto denominação primeira da ciência econômica, se já foi ortodoxia no século XIX, certamente não o é mais. Portanto, essa Economia Política (acrescida do sentido de correntes teóricas resistentes à hegemonia neoclássica) seria, hoje, heterodoxia.

E como se enquadraria Marx? Se esse autor nunca foi (será) mainstream, nunca foi (será) ortodoxia. Nesse sentido, por contraposição, poderia até ser enquadrado na heterodoxia, mas nunca poderá ser visto como um membro típico da Economia Política, uma espécie de ortodoxia da heterodoxia, mas, na melhor das hipóteses, como um rebelde, um intransigente crítico da (ainda que alguns o vejam na) Economia Política.

¹⁴ Além dos problemas já apontados nesse relacionamento direto entre ortodoxia e neoclassicismo, uma vez mais a tradição keynesiana ficaria em xeque. Certamente Keynes não defende uma teoria do valor-trabalho. Mais do que isso, ele aceitaria a teoria neoclássica da distribuição ao não rejeitar o primeiro postulado clássico (KEYNES, 1985, capítulo 2). Curiosamente (ou não), no capítulo 4 de sua obra mais conhecida, quando se vê na obrigação de definir a unidade de medida de suas variáveis, ele “escolhe” o salário! Seria um reconhecimento implícito de que o trabalho tem algo relacionado com a medida dos valores?

¹⁵ Este último critério poderia se aproximar do proposto por Guerrero, não sendo equivalente talvez pelo incômodo causado aos keynesianos mais radicalmente contrários ao neoclassicismo.

Referências

- EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- GUERRERO, Diego. *Historia del Pensamiento Económico Heterodoxo*. Madrid: Editorial Trotta, 1997.
- HAYEK, Friedrich A. *Individualism and Economic Order*. Londres: Routledge, 1948.
- JEVONS, William S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro IV de O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PRADO, Eleutério F. S. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE-USP, 1991.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- RUBIN, Isaak I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.